

MOÇÃO SETORIAL

Menos Pobreza, Mais Transformação Digital

-As chaves para ganharmos o Futuro de Portugal-

PRIMEIRO SUBSCRITOR

Comissão Política Distrital de Lisboa do PSD

JUNHO 2022



Para nós, sociais-democratas, para qualquer político que encare a política como serviço do seu país, sem melhoria das condições concretas dos portugueses, não há política que valha a pena, não há especulações que justifiquem, não há cenários que motivem ninguém, e um caminho desses seria a ruína da própria liberdade e da própria democracia.

Francisco Sá Carneiro, 1979-06-20

(Discurso de encerramento do VII Congresso Nacional do PSD)



ÍNDICE

1. Introdução	4
2. Da Pobreza em Portugal	6
3. Proposta de Criação de um Programa Nacional de Erradicação da Pobreza	9
4. Roteiro de Implementação	11
5. Da Transformação Digital como um dos motores do Desenvolvimento Nacional	13
5.1. O Inesperado Efeito COVID.....	15
5.2. A Guerra das (In)Certezas.....	17
6. Transformação Digital	18
6.1. Melhoria da Eficiência na Gestão dos Dados.....	21
6.2. Mais Transparência, Melhor Governação.....	25
6.3. Equidade num País a Várias Velocidades.....	27
7. Sustentabilidade	29
7.1. Políticas Públicas.....	32
8. Propostas para a Transformação Digital	33
9. Propostas para Incrementar a Sustentabilidade	37
10. Conclusões	39



1. Introdução

As últimas décadas de generalizado imobilismo socialista levaram a que o país vivesse num torpor político, em que a ausência de reformas era substituída pela mera gestão dos fluxos financeiros que iam chegando dos nossos parceiros europeus. Quando cerca de 85% do investimento público nacional provém da união europeia, sabemos que não existe outra alternativa senão reformar, reformar, reformar.

Uma das áreas onde o imobilismo socialista mais se fez sentir foi na área do combate à pobreza e da modernização dos serviços públicos.

Cabe ao Partido Social Democrata, partido reformista e reformador, o estabelecimento de um contexto que garanta a aprovação e implementação de um Programa Nacional de Erradicação da Pobreza, assumindo-se assim este como o grande desígnio nacional para os próximos dez anos. Cabe-nos convocar desde já toda a sociedade civil, todos os atores sociais e territoriais, todos os atores da administração e da academia ara que, em conjunto possamos libertar Portugal destas condições verdadeiramente indignas e que



nos chocam enquanto cidadãos de um país moderno e europeu mas fundamentalmente enquanto seres humanos.

Convocamos em particular todas as autarquias e as suas associações representativas porque sabemos que a pobreza tem expressões territoriais distintas e assimétricas e só com aquelas a liderar as operações no terreno é que poderemos almejar o sucesso pretendido.

Uma verdadeira Reforma do Século XXI, e em particular uma que coloque o cidadão no centro das suas preocupações, não pode deixar de apostar na Transformação Digital como um dos principais motores de desenvolvimento. As populações em geral, e as mais vulneráveis em particular necessitam de serviços públicos modernos, eficazes e eficientes, capazes de resolver os principais problemas do seu dia a dia. Esta transformação pode ser, se eficazmente implementada numa eficaz ferramenta, contra as assimetrias sociais e territoriais e pode igualmente funcionar como um impulsionador da Sustentabilidade que todos almejamos.



2. Da Pobreza em Portugal

Os programas eleitorais dos candidatos à liderança do PPD/PSD e os últimos programas eleitorais apresentados pelo PPD/PSD ao povo português nas eleições legislativas reafirmavam a nossa matriz humanista e personalista e salientavam a existência de um grave problema nacional: A POBREZA.

Nas suas mais diversas formas e matizes, seja ela sénior ou infantil, seja ela urbana ou rural, a pobreza é infelizmente uma realidade cada vez mais banal do nosso quotidiano. A Fundação Francisco Manuel dos Santos¹ salienta que em 2020, a taxa de pobreza subiu cerca de 2,2 pontos percentuais, passando de 16,2% em 2019 para 18,4%. Este agravamento da incidência da pobreza foi o maior registado nas últimas duas décadas num único ano e correspondeu a um acréscimo de cerca de mais 228 mil pessoas em situação de pobreza. É ainda salientado que a intensidade da pobreza (que avalia quão pobres são os pobres) subiu cerca de 2,7 pontos percentuais, de 24,4% para 27,1%, revelando assim que, não somente aumentou de forma significativa o número de pessoas em situação de pobreza, mas se agravaram as condições de vida da população em situação de pobreza.

¹ <https://portugaldesigual.ffms.pt/evolucaodasdesigualdades>



Este agravamento refletiu-se em todos os grupos etários, que viram subir a sua taxa de pobreza.

Parece-nos de especial relevo e preocupação que a proporção da população empregada em situação de pobreza aumentou de 9,6% para 11,2%. A existência de uma percentagem tão expressiva de indivíduos que apesar de terem emprego não conseguem evitar a pobreza não pode deixar de constituir um dos fatores mais preocupantes da situação social do país. A incidência da pobreza da população reformada aumentou igualmente, passado de 15,7% em 2019 para 18,0% em 2020.

Ao nível da expressão territorial da pobreza verificamos que o agravamento da incidência da pobreza em 2020 repercutiu-se, ainda que com diferentes intensidades, em todas as regiões do Continente. O Algarve registou o maior incremento da taxa de pobreza (mais 3,9 pontos percentuais), seguido da região Centro (mais 3,3 pp) e da região Norte (mais 3,0 pp). Comportamento inverso registou-se nos Açores e na Madeira, as regiões com maior incidência da pobreza onde se verificou um desagravamento das respetivas taxas (menos 6,6 pp na Região Autónoma dos Açores e menos 2,1 pp na Região Autónoma da Madeira).



Embora seja absolutamente pertinente a caracterização das diversas dimensões da pobreza, não precisamos de grandes análises quantitativas para percebermos que é importante mudar o rumo nacional e partir para a ação.

E o racional é muito simples. Fazemos isto

PORQUE SOMOS SOCIAL DEMOCRATAS.

Acreditamos numa visão integrada das políticas sociais e de uma ação política que tem como foco a complexidade e as necessidades de cada cidadão no quadro das dinâmicas do desenvolvimento humano e dos contextos sociais e territoriais diferenciados de cada comunidade onde os problemas manifestam maior incidência. É também por nós considerado que as situações existentes de pobreza extrema são uma situação intolerável para quem defende a dignidade da pessoa humana, a justiça social e uma sociedade coesa. Estas amputam os territórios de capital humano diferenciador e transformador, são travões à desejada competitividade da nossa economia, e geram dinâmicas de exclusão e de desigualdades que se concretizam na perpetuação de ciclos de pobreza. Desta forma propomos a criação de um referencial de atuação multiescalar e multissetorial, robusto nos seus meios e flexível nos seus instrumentos, que seja capaz de corporizar aquele que deve ser o desígnio de uma década:

A ERRADICAÇÃO DA POBREZA EM PORTUGAL

3. Proposta de Criação de um Programa Nacional de Erradicação da Pobreza

No contexto da política de combate à pobreza, exclusão social e às desigualdades propomos a criação de um **Programa Nacional de Erradicação da Pobreza** que assenta na existência de um referencial, onde as diferentes escalas territoriais serão chamadas a assumir as suas responsabilidades, respeitando e potenciando as suas competências nucleares:

- Escala Nacional: Articulação setorial, regulamentação e monitorização e avaliação
- Escala regional: Enfoque na escala NUTS III (entidades intermunicipais) como a escala de articulação temática e de capacitação técnica
- Escala local: Escala de referência da operacionalização, identificando-se os municípios como os atores centrais

Esta lógica de atuação assenta em princípios de transparência de informação, de delimitação clara de responsabilidades e de assunção do primado da informação.



Só com uma base de confiança alargada é que poderão estar constituídas as condições para a operacionalização de um instrumento de política pública que deverá operacionalizar a política de erradicação da pobreza em contexto urbano.

Destaca-se, na escala nacional, a criação de uma Unidade de Missão, de iniciativa pública, mas com participação da Academia, dos setores privado e social, que terá por missão a articulação das intervenções setoriais e territoriais, a monitorização e avaliação bem como a regulamentação do programa.

Na escala regional valorizamos a experiência das entidades intermunicipais como plataformas de intermediação, de articulação estratégica e de planeamento interinstitucional. Será na escala NUTS III que será efetuado a articulação estratégica dos Planos de Ação Municipais tendo em conta as características de cada região, bem como o desenvolvimento de ações de capacitação técnica.

Na escala local, caberão aos municípios, os efetivos gestores do território a responsabilidade de gizarem Planos de Ação Municipal e de encabeçarem as



Alianças para o Desenvolvimento Local, liderando os ecossistemas de participação local, alinhando-os em ações que concretizam a respetiva estratégia.

Todos os municípios e juntas de freguesia serão convidados a participar como membros ativos da política de combate à pobreza, exclusão e desigualdades, na base de uma cooperação a desenvolver a nível local com as instituições da sociedade civil e com os serviços pertencentes à administração central, designadamente segurança social, educação, emprego e habitação.

4. Roteiro de Implementação

Este Programa Nacional seria constituído por três eixos de implementação:

Eixo 1: Economia e Emprego

Eixo 2: Respostas Sociais Integradas

Eixo 3: Capacitação Institucional



Este desígnio nacional será atingido através da mobilização de recursos com diferentes origens, destacando o PRR (no período 2021-2026), no Portugal 2030 (destacando o período 2026-2030), o Orçamento Geral do Estado (através da inscrição de dotação própria), do Banco Europeu de Investimentos (BEI) e da candidatura a programas de gestão direta da Comissão Europeia.

A complexidade crescente dos fenómenos sociais e a natureza holística das determinantes da pobreza obrigam a um esforço tremendo, ao nível de recursos humanos e financeiros, de uma constelação alargada de atores sociais das mais diversas tipologias.

Esta proposta, aqui matizada, reflete este enquadramento de elevada complexidade, reflete o alcance do problema da pobreza em áreas urbanas e ainda reflete a importância para a nossa sociedade e para a nossa economia da necessidade de atacarmos de frente um problema estrutural que a todos nos aflige.

Este esforço exige um compromisso temporal alargado, sabendo que não podemos debelar este problema em dois ou três anos.



Para isso convocamos todas as escalas territoriais e todos os atores públicos, privados e sociais para que no espaço de uma década possamos operacionalizar esta proposta.

Acreditamos que só com um forte trabalho conjunto é que poderemos atingir os nossos objetivos, concretizando assim a visão social-democrata de um Portugal mais justo, mais livre e mais desenvolvido.

5. Da Transformação Digital como um dos motores do Desenvolvimento Nacional

Em 26 de janeiro de 2022, a Comissão Europeia propôs uma declaração solene interinstitucional sobre os direitos e princípios digitais para a década digital. Os direitos e princípios propostos são os seguintes:

1. Dar prioridade às pessoas e aos seus direitos no âmbito da Transformação Digital;
2. Apoiar a solidariedade e a inclusão;
3. Garantir a liberdade de escolha em linha;
4. Promover a participação no espaço público digital;



5. Aumentar a segurança, a proteção e a capacitação das pessoas;
6. Promover a Sustentabilidade do futuro digital.

Aquele documento apresenta as orientações para os caminhos a percorrer pelos Estados--membros da UE e pelas Empresas quando lidam com novas tecnologias. Portugal tem de alinhar a sua estratégia com as orientações europeias.

Para o efeito o Estado tem de adaptar os serviços prestados ao Cidadão e às Empresas quer para cumprir as metas apontadas pela UE, quer para se adequar a um novo grau de exigência que resulta do efeito disruptivo criado pela pandemia COVID-19.

Embora os peritos andem há anos a promover a Sociedade do Conhecimento e a Transformação Digital (conceito que evoluiu, entretanto, para transição digital), com a pandemia, o Estado, as Empresas e até os Cidadãos, acordaram para esta realidade, que obrigou a uma aceleração, sem precedentes, dos planos muitas vezes adiados ou mesmo inexistentes nas organizações.



De repente, os agentes da mudança para o Digital ganharam o respeito dos restantes Cidadãos, que acabaram por se tornar ainda mais exigentes.

Afinal, os Cidadãos trabalharam em casa durante meses, sabem que os Sistemas de Informação lhes permitiram cumprir as suas obrigações, quase sem sobressaltos, ou aceder a serviços públicos e de Empresas de toda a ordem. Por isso exigem uma melhoria na relação com os serviços públicos, tirando partido das tecnologias disponíveis.

É caso para dizer que as organizações públicas, mais que nunca, têm de otimizar os seus processos de decisão, ser mais ágeis e, acima de tudo, melhorar a experiência do Cidadão na sua relação com a administração. As expectativas são hoje, muito diferentes de há uma década.

5.1. O Inesperado Efeito COVID

Há muito que a comunidade científica alertava para a probabilidade de uma pandemia. Como é hábito, os alertas foram ignorados e em 2020, o mundo parou. Para uma grande percentagem da população, a obrigatoriedade do teletrabalho, conduziu à potenciação e ao uso de tecnologias e sistemas



disponíveis, há muito tempo existentes no mercado. O conjunto de circunstâncias que resultaram da pandemia COVID-19, teve impacto nas organizações públicas em quatro planos:

- **Resiliência:** necessidade de disponibilizar serviços públicos em linha, de trabalhar à distância de forma produtiva, a par de constrangimentos orçamentais;
- **Valor Entregue ao Cidadão:** as políticas públicas têm de ter impacto imediato, centrado no Cidadão, de acordo com as suas expectativas e repercussão social desde o início;
- **Confiança:** neste processo de transição digital acelerado, a segurança de informação é incontornável. A exatidão e a transparência são cruciais para garantir a confiança nas organizações e políticas públicas;
- **Equidade Digital:** o acesso desigual aos serviços, tornou-se dolorosamente evidente durante a pandemia.



5.2. A Guerra das (In)Certezas

Quando se pensava estar a voltar à normalidade – já de si diferente do tempo pré-pandemia – eclodiu uma guerra na Europa, que criou mais incerteza. Poderá conduzir a uma crise energética, que por seu lado irá contribuir para o aumento da inflação, já antecipada pelos economistas.

Com as taxas de juro a subir, a crise está instalada. Mudou também a forma de pensar das organizações públicas. Elas têm agora um novo desafio:

- o desafio da soberania dos dados.

Se antes, havia uma obrigatoriedade da residência dos dados num determinado território, hoje o pensamento será, por certo, diferente. Na verdade, a sobrevivência de uma nação pode até depender da continua existência desses mesmos dados. Mais importante do que o local onde estão armazenados, será a perpetuação e guarda desses dados. Se as infraestruturas críticas de um país desaparecerem, o que poderá acontecer? No entanto, se os dados, todo o património de informação, se mantiverem intocáveis, então essa nação irá permanecer *ad aeternum*.



A única certeza que existe, neste início da terceira década do século XXI, é que o novo normal é a incerteza. A disrupção é contínua.

6. Transformação Digital

A Transformação Digital é um conceito conhecido, há anos, por quem trabalha em Tecnologias de Informação. Não é mais que um conjunto de múltiplas tecnologias, sistemas e soluções que, agregado, visa o desenvolvimento de um novo paradigma de soluções de negócio digitais e inteligentes. As tecnológicas, a nível mundial, têm investido milhares de milhões de euros nos vários pilares e numa miríade de tecnologias abrangidas pelo grande chapão da transformação/transição digital.

A lista é longa e distante de ser exaustiva. Essas tecnologias combinadas com o capital humano e os processos organizacionais são os elementos da Transformação Digital:

- Mobilidade/5G/Redes de alto desempenho;
- Serviços de Computação na Nuvem (Cloud Computing);
- Big Data & Analytics;



- Business Intelligence (BI);
- Sistemas de Gestão Empresarial (ERP, CRM, SCM, etc.);
- Sistemas de Business Process Management (BPM) e de Workflow;
- Internet das Coisas (IoT). Ex. veículos não tripulados ou sensores para a agricultura;
- Aprendizagem Automática (Machine Learning/ML) e Inteligência Artificial (IA);
- Centros de Dados e Armazenamento;
- Governação dos Dados;
- Sistemas de Continuidade do Negócio (Business Continuity e Disaster Recovery);
- Sistemas de Gestão Documental e Impressão;
- Terceirização de Serviços de Negócio (nearshore, BPO, impressão, managed services);
- Ciclo de Vida Aplicacional, Testes & Qualidade;
- Assistentes Digitais;
- Blockchain;
- Políticas de Bring Your Own Device (BYOD);
- Privacidade e Proteção de Dados;



- Robótica, Genómica, Nanotecnologia;
- Redes inteligentes de energia.

Transversal a estas tecnologias, sistemas e soluções, de utilização indiscutível temos: segurança, segurança e segurança. Cibersegurança nas suas múltiplas dimensões. As equipas de desenvolvimento têm ainda de ter em conta as normas, a legislação nacional e europeia, em constante atualização, aquando da implementação e desenvolvimento da generalidade dos Sistemas de Informação:

- RGPD: Regulamento Geral da Proteção de Dados (27 de Abril de 2016);
- PSD2: Diretiva de Serviços de Pagamentos (12 de Janeiro de 2016);
- Ato de Governação de dados (25 de Novembro de 2020);
- Diretiva dos Dados Abertos (20 de Junho de 2019);
- Regulamento da Livre Circulação de Dados (14 de Novembro de 2018);
- Diretiva de Segurança das Redes e da Informação (6 de Julho de 2016);



- Alteração à Diretiva de Qualificações Profissionais (20 de Novembro de 2013);
- Diretiva de Serviços Europeia (12 de Dezembro de 2006);
- Entre outras.

O paradigma tem-se alterado de tal forma, ao ponto de já terem sido criados padrões internacionais, para a regulação da Inteligência Artificial e da fiscalidade sobre as multinacionais digitais.

6.1. Melhoria da Eficiência na Gestão dos Dados

É fundamental investir na eficiência da gestão dos dados. Só com uma melhor gestão dos dados das organizações públicas se conseguirá atingir níveis de maior eficiência. Há largos anos que a tecnologia permite atingir esses objetivos, mas o conflito de interesses e o sentido de posse de cada organismo não têm facilitado a Transformação Digital da Administração Pública. Como sempre, não se está a falar da falta de capacidades tecnológicas, que existem, mas sim de falta de um sentido de Estado, de ausência de sistemas de Governação e de vontade política. Os dados existem no seio das diferentes organizações, mas ainda precisam de estar disponíveis,



relacionados e interligados para permitir uma melhoria contínua na Administração Pública.

Para o efeito, poder-se-á tirar partido do potencial de Tecnologias de Integração ou de Gestão de Dados, como de Big Data, de Analytics, de Business Intelligence, bem como de Inteligência Artificial ou de Machine Learning, para empoderar e colocar à disposição dos colaboradores das organizações da Administração Pública, o conhecimento retirado dos repositórios de dados existentes.

Já se tornou senso comum que não se consegue gerir o que não se consegue medir². Coloca-se a seguinte questão: se não gerirmos com eficiência os dados existentes na Administração Pública, como é possível conseguir extrair a informação certa, por forma a bem gerir ou a bem tomar decisão? Dito isto, existem estudos, de agências governamentais e consultoras internacionais, que demonstram bem a prioridade da eficiência na gestão dos dados:

- 90 % dos dados das organizações públicas foram criados nos últimos dois anos;

- A projeção das despesas com a gestão dos dados é maior que nunca;
- As grandes organizações públicas portuguesas aumentaram o investimento em tecnologia de gestão dos dados, de Big Data, entre outras.

Além disso, os consumidores estão habituados a comprar, quase tudo o que precisam, com facilidade e em poucos «cliques», via Internet ou aplicações móveis. Desde os produtos essenciais, a roupa, a tecnologia, a livros, a jogos ou refeições, bilhetes de avião, alojamento, passando por viagens em veículos TVDE. As Empresas, por seu lado, trabalham hoje em sistemas que vão além do espaço físico do escritório. As cadeias de valor estão integradas, os processos automatizados, os sistemas de gestão do negócio «falam» com os sistemas das outras Empresas.

Em suma, os Cidadãos e as Empresas consideram incompreensíveis as múltiplas dificuldades de interação com a Administração Pública. Apesar de se registarem melhorias em relação ao passado, a opinião da sociedade civil continua a ser descurada no momento anterior à conceção e desenvolvimento de soluções de modernização administrativa. A cultura da Administração



Pública ainda passa, em regra, por dar informação, quando deveria prestar um serviço.

Um bom exemplo a seguir é o caso da recente aplicação da Autoridade Tributária para os trabalhadores independentes – mas ainda há um longo caminho a percorrer para alinhar os serviços com as reais aspirações do Cidadão. Desde a relação com o utente, com o paciente, ou o Cidadão, às marcações de atendimento, às linhas de apoio sobrecarregadas, há falta de interoperabilidade entre aplicações e serviços, passando por uma absurda forma de organização dos sítios da Administração Pública, muito está ainda assente em processos que alimentam apenas a máquina administrativa, mais do que nas reais necessidades das pessoas e Empresas. Existem dificuldades em integrar séculos de dados acumulados pelo Estado (microfilmes, cartões perfurados, papel, etc.), com a enorme quantidade de dados produzida nos últimos anos, que continua sempre a crescer, e que aguarda um ordenamento arquitetónico que acabe com o armazenamento em silos, dando lugar a repositórios interconectados, partilhados, acessíveis, seguros e transparentes.



6.2. Mais Transparência, Melhor Governação

O Governo e as Administrações Públicas precisam de tirar partido da inovação e da facilidade de acesso às tecnologias inovadoras e emergentes, possibilitadas pela computação na nuvem. O mercado *cloud*, cujo crescimento exponencial ocorreu após 2010, mudou o paradigma e democratizou o acesso a tecnologias disruptivas, como a Inteligência Artificial, o *MachinemLearning*, o software autónomo, o *Blockchain*, os assistentes digitais, entre muitas outras. O Estado precisa da Transformação Digital para ter a capacidade de, por exemplo, disponibilizar visões holísticas sobre as despesas e outras questões orçamentais, com os sistemas bem integrados e com dados de qualidade que podem, inclusive, otimizar a capacidade de fazer uma melhor coleta de receita ou atribuir melhor apoios sociais.

Uma melhor qualidade dos dados existentes permite fazer uma Governação adequada, pois é possível melhorar a gestão dos ativos.

Para orientar a estratégia nacional, o mapa está criado: é a proposta de Guião para a Década Digital desenvolvido pela Comissão Europeia, para criar um



quadro de Governação e garantiram que a Europa atinge os objetivos da Década Digital para 2030. A Comissão irá elaborar trajetórias projetadas pela UE, para cada meta e os Estados-membros irão propor os seus roteiros estratégicos nacionais para as atingir. Estes roteiros serão atualizados numa dinâmica de cooperação entre as entidades europeias e os Estados-membros.

A qualidade dos dados é fundamental para fazer uma Governação dos dados também ela de qualidade. Há casos conhecidos da utilização de tecnologias, quase sem dar por isso, o Cidadão usa:

- A aplicação e-fatura, que simplifica o processo de resolução de pendências das faturas pelo consumidor, em qualquer lugar e em qualquer momento, entre outras, desenvolvidas para a Autoridade Tributária;
- A Segurança Social Direta que permite, entre outras funcionalidades, saber o estado financeiro na sua relação com a Segurança Social;
- O SNS24 ou MySNS que possibilitam consultar os seus exames, o seu receituário, ou seja, o seu percurso de saúde;



- A Chave Móvel Digital que, com apenas um pin e uma confirmação através de SMS, dá acesso a múltiplos serviços.

Todas estas aplicações disponibilizam informação útil para os cidadãos na sua relação com a administração e com outras entidades. No entanto, nem sempre funcionam convenientemente, devido à falta de qualidade dos dados ou dos serviços de suporte, que por vezes são ineficientes ou até inexistentes. Finalmente, o Estado tem obrigação de mitigar os riscos de ciberataques, de fraude e de erro. Desta forma, aumenta a transparência e, em simultâneo, eleva a segurança dos sistemas informáticos públicos, protegendo a Soberania Nacional.

6.3. Equidade num País a Várias Velocidades

A demografia do País mudou bastante nas últimas décadas. Muito se deve ao decréscimo da natalidade, apesar de a esperança de vida ter aumentado.

Temos também os jovens mais qualificados de sempre, o que se tem repetido de geração em geração. É certo que se partiu de uma base muito baixa, mas o grau de escolaridade dos portugueses, hoje, é mais elevado do que há



sessenta anos. A percentagem de portugueses sem instrução passou de 65,6 % em 1960, para cerca de 6 % em 2011. Em 1960, havia apenas 49 mil portugueses com ensino superior. Em 2011, esse número ascendia a 1 milhão e 200 mil. Interessante também constatar que, em 1960, a maioria dos licenciados era homem e em 2011 era mulher.

Os hábitos de consumo também mudaram, se há sessenta anos, a maioria da população nem tinha telefone fixo, hoje é rara a família que não tem pelo menos um telemóvel (93,4 % das famílias) ou um automóvel. A digitalização tem trazido múltiplas soluções para facilitar a relação do Cidadão/utente/paciente. O reverso da medalha foi a criação de desigualdades no acesso à tecnologia (*digital divide*).

Durante a pandemia os Sistemas de Informação da Administração Pública facilitaram a disponibilização de apoios sociais a Cidadãos e Empresas. Também permitiram às crianças e jovens ter aulas a partir de casa e aos pais continuar a trabalhar. No entanto, a Transformação Digital tem o efeito perverso de agravar, em algumas situações, as desigualdades sociais. Durante a pandemia, foi evidente a vulnerabilidade e de Cidadãos com



menos competências digitais ou com menor acesso às infraestruturas de telecomunicações de alta velocidade.

É necessária maior equidade no acesso, e acima de tudo, Inclusão Digital do Cidadão. Numa perspetiva nacional, o interior do país tem zonas onde a infraestrutura de alta-velocidade das comunicações ainda não chegou. Na perspetiva das famílias, parte da população não tem ainda computador ou ligação de alta-velocidade, nem competências digitais para tirar partido da tecnologia.

7. Sustentabilidade

A Transformação Digital e a Sustentabilidade estão interrelacionadas. O Estado, Empresas e Cidadãos estão cada vez mais sensibilizados para investir/consumir Sistemas de Informação sustentáveis.

A Sustentabilidade – Social, Económica e Ambiental – tem-se tornado um desafio incontornável para os decisores. Não há planeta B. É necessário tomar medidas para reverter o impacto da atividade humana nas alterações climáticas.



Enquanto isso, o aumento da escolaridade da população resultou no crescimento da classe média e, por consequência, dos níveis de consumo, o que conduziu a pressões sem precedentes sobre os recursos naturais dos quais dependemos. Os grandes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 estão definidos e podem gerar 380 milhões de novos empregos no plano mundial.

«A Agenda 2030 procura erradicar todas as formas de pobreza, combater desigualdades e as alterações climáticas, garantindo que ninguém fica pelo caminho.»

Muito já mudou e a opinião pública está hoje mais consciente do papel que tem no contributo para a descarbonização e abrandamento do aumento da temperatura do Planeta. As tecnologias limpas, as energias renováveis e a mobilidade elétrica estão a tornar-se mais acessíveis, no entanto em Portugal, ainda há muito a fazer. As populações têm expectativas crescentes de tornar as organizações mais transparentes na sua forma de operar, para que demonstrem o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a economia globalizou-se. O consumo de produtos locais tem vindo a perder terreno, para o consumo de produtos fabricados ou com



componentes oriundas do exterior. As cadeias de valor da produção e da distribuição, tornam-se mais longas e complexas, contribuindo para o efeito de estufa e para o encarecimento dos produtos.

Neste ponto, as tecnologias de informação e comunicação têm um papel relevante. A digitalização tem vindo a acelerar, a automatizar e a integrar os processos de produção e distribuição. As tecnologias emergentes podem ter um papel considerável e quantificável na transformação das ambições de Sustentabilidade em realidade.

Haja vontade.

Por exemplo, a tecnologia *Blockchain* é utilizada nas companhias de transporte marítimo, permitindo otimizar rotas, o carregamento e distribuição dos contentores para os vários destinos. Contribui, deste modo, para transportar mercadorias de forma mais sustentável. A própria UE tem vindo a trabalhar em alguns casos de uso relativo ao transporte de mercadorias e questões alfandegárias.



7.1. Políticas Públicas

O objetivo da UE para 2030 é assegurar que «os serviços públicos sejam plenamente acessíveis a todos, incluindo pessoas com deficiência, e que beneficiem de um ambiente digital de melhor qualidade, que ofereça serviços e ferramentas de fácil utilização, eficientes e personalizados, com elevados padrões de segurança e privacidade» Isto significa que teremos de pensar os serviços públicos de forma diferente. A tecnologia não vai resolver os problemas criados muitas vezes por legislação avulsa, contraditória e de difícil interpretação. Um bom exemplo, é o conceito de agregado familiar, diferente entre organismos como as Finanças ou Segurança Social, e até dentro desta, com três conceitos distintos.

Por outro lado, todos temos sido surpreendidos com notícias que diariamente vêm a público. A incapacidade de as organizações públicas protegerem as suas bases de dados, os repositórios que contém informação de dados pessoais, pondo em causa, outro grande objetivo para a Europa, que é o acesso a serviços públicos e privados, numa perspetiva de privacidade melhorada e em plena conformidade com a legislação em vigor, em matéria de proteção de dados. Já para não falar dos ciberataques, de atos de



terrorismo, guerra ou crime organizado que visam sistemas informáticos e, como já referido, põem em causa a soberania nacional.

Por último, e não menos importante, pois é apontada como uma das principais razões para os elevados custos de contexto do País, continuamos sem a capacidade de fazer uma Declaração Única, e por isso as diferentes organizações públicas continuam sem poder usar dados dos seus parceiros de serviço público, obrigando Empresas e Cidadãos a terem de disponibilizar, a mesma informação vezes sem conta.

Só com uma nova forma e visão de fazer políticas públicas, poderemos vir a ter serviços públicos de qualidade, centrados nas necessidades de Cidadãos e Empresas, com a confiança que todos merecemos.

8. Propostas para a Transformação Digital

Para dar resposta às necessidades atuais do País na área de Transformação Digital importa avaliar as implicações da disrupção, no âmbito das operações tecnológicas das organizações, nos planos da resiliência, valor entregue ao Cidadão e confiança. Adotar, também, medidas que fomentem o Digital e a



transformação das organizações públicas. Cidadãos e Empresas têm novas necessidades e preocupações. Precisam de serviços públicos digitais e estão preocupados com a proteção dos seus dados pessoais e a sua privacidade. Acima de tudo, anseiam que os serviços lhes sejam prestados de acordo com as suas expectativas, sem ter de navegar entre aplicações desintegradas, mas, pelo contrário, de fácil acesso e rapidez.

- Investir na Resiliência
 - Passar o armazenamento e processamento de informação de centros de dados físicos para ambientes *Cloud*;
 - Utilizar tecnologias de integração que facilitem a interoperabilidade entre sistemas;
 - Criar práticas de Continuidade de Negócio e de *Disaster Recovery*, por forma a proteger os dados das organizações;
 - Investir em infraestruturas digitais, seguras e sustentáveis;
 - Aumentar o Valor Entregue aos Cidadãos e às Empresas.
 - Digitalizar todos os Serviços Públicos (Digitalização da Administração Pública);



- Criar um sistema Declarativo Único, que permita às entidades públicas, nas esferas local e nacional, permutar dados e elementos de prova, em plena conformidade com os requisitos legais e os direitos fundamentais;
- Aumentar a transparência e a *accountability*. **Portugal poderia ser um bom exemplo, se entidades do setor público e os seus gestores fossem responsáveis por decisões e ações;**
- Recorrer a sistemas de videoconferência, plataformas de e-learning, de gestão documental, entre outras, que facilitem a colaboração entre funcionários e potenciem as funções core dessas organizações;
- Desenvolver as soluções de assistentes digitais, com IA, e recorrer a tecnologias omnicanal;
- Interconectar Cidades e Regiões, através dos transportes públicos, integrados nas Áreas Metropolitanas.
-
- Garantir a Confiança na Administração Pública
 - Usar tecnologias de identidade digital e de gestão de identidades;

- Escolher, sem exceção, sistemas que assegurem a privacidade e segurança dos dados das organizações;
 - Criar sistemas de qualidade de dados e “fontes de verdade”, para garantir a transparência de informação;
 - Recorrer a tecnologias de *Business Intelligence*, analítica e de gestão de desempenho (EPM), para ajudar na tomada de decisão pública;
 - Utilizar soluções de IA e ML, para apoiar as organizações nas suas tarefas repetitivas, por forma a automatizá-las, sempre que possível, libertando os colaboradores para tarefas de valor acrescentado.
- Prosseguir no Investimento na Modernização Administrativa:
- Em matéria de Políticas de Modernização Administrativa, o Estado deve centrar os processos no Cidadão e na Empresa, acompanhando os princípios de uma visão 360°, que o Estado deveria de ter com o seu «cliente»:
- Permitir aos utilizadores alcançar os seus objetivos em self-service, em segurança, com rapidez e autonomia;



- Tornar a comunicação e disponibilização de informação, mais clara, concisa e transparente, ou seja, mais útil;
- Integrar fluxos de negócio, para centrar os Sistemas de Informação, nas necessidades do Cidadão e Empresa;
- Focar na redução das interações com a administração, por parte dos Cidadãos e das Empresas, simplificando e automatizando o acesso à informação e aos serviços prestados. O Estado deve compreender e assumir as responsabilidades do sector público, no que diz respeito à administração dos dados de Cidadãos e de Empresas, recorrendo aos instrumentos necessários, para balancear a observância dos anseios da população e o cumprimento da legislação.

9. Propostas para Incrementar a Sustentabilidade

Portugal deve alinhar a sua estratégia de Sustentabilidade com os compromissos europeus, apontados pela Comissão Europeia, nos seus objetivos digitais para 2030. Se os grandes objetivos já foram pensados e discutidos, em sede própria, importa acompanhar os caminhos traçados e



participar no trabalho conjunto, sem deixar para trás as nossas próprias particularidades.

- Acelerar a transição para a mobilidade elétrica, potenciando as infraestruturas de suporte;
- Reforçar a rede, a qualidade e a interoperabilidade dos transportes públicos;
- Criar mais e melhores sistemas de bilhética intermodais, para agilizar a circulação das populações;
- Repensar os centros urbanos, para integrar a mobilidade suave (deslocações a pé, de bicicleta, transporte público), em detrimento da utilização do automóvel individual, contribuindo para a descarbonização e aumentando a qualidade de vida dos Cidadãos.
- Caminhar para a utilização de energias renováveis para que, no futuro, atinga os 100 %.
- Incentivar a criação de edifícios inteligentes, aumentar a eficiência energética e hídrica dos edifícios existentes;
- Desenvolver mecanismos de financiamento «verdes» inovadores;



- Promover a reciclagem e reutilização de resíduos de diferentes origens;
- Aproveitar o vasto território marítimo para em simultâneo, eliminar os resíduos de origem humana e criar produtos inovadores.

10. Conclusões

Cabe ao PSD enquanto **garante histórico do reformismo em Portugal** o estabelecimento de condições políticas que garantam a implementação de um Programa Nacional de Erradicação da Pobreza, assumindo-se assim este como o grande desígnio nacional para uma década.

Cabe-nos convocar toda a sociedade civil, todos os atores sociais e territoriais, todos os atores da administração e da academia ara que, em conjunto possamos libertar Portugal destas condições verdadeiramente indignas e que nos chocam enquanto cidadãos de um país moderno e europeu, mas fundamentalmente enquanto seres humanos.



Convocamos em particular as autarquias e as suas associações representativas porque sabemos que a pobreza tem expressões territoriais distintas e assimétricas e só com aquelas a liderar as operações no terreno é que poderemos almejar o sucesso pretendido.

Uma verdadeira Reforma do Século XXI, e em particular uma que coloque o cidadão no centro das suas preocupações, não pode deixar de apostar na Transformação Digital como um dos principais motores de desenvolvimento. As populações em geral, e as mais vulneráveis em particular necessitam de serviços públicos modernos, eficazes e eficientes, capazes de resolver os principais problemas do seu dia a dia. Esta transformação ode ser, se eficazmente implementada numa eficaz ferramenta, contra as assimetrias sociais e territoriais e pode igualmente funcionar como um impulsionador da Sustentabilidade que todos almejamos.

Este é o caminho que queremos trilhar.

Este é o caminho da Social Democracia.